

UM OLHAR RIZOMÁTICO SOBRE AS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS

A RHIZOMATIC VIEW ON CONTEMPORARY FAMILIES

UNA MIRADA RIZOMÁTICA A LAS FAMILIAS CONTEMPORÂNEAS

*Maria Luiza Marques Cardoso**

*Roberta Carvalho Romagnoli***

RESUMO

Este artigo trata dos resultados parciais de uma pesquisa de doutorado que buscou cartografar, nos arranjos familiares brasileiros, processos de resistência às lógicas de normalização e enquadramento dominantes. Para tal, aborda a família contemporânea em sua complexidade, a partir de composições que se conectam e fogem ao modelo de família nuclear. A partir do conceito de rizoma de Deleuze e Guattari, efetua um deslocamento do eixo unificador desse modelo dominante, apresentando distintas linhas que compõem diferentes composição familiares, em uma rede de relações que pode ser percorrida em diversas direções, através de linhas de segmentaridade dura e de linhas de fuga. Associando o lugar das mulheres, da medicina higienista e do próprio capitalismo, desvela os atravessamentos heterogêneos presentes na diversidade do grupo. Concluímos acerca da necessidade de se sustentar as multiplicidades de forças que transversalizam as famílias, para desconstruir dualismos e julgamentos.

Palavras-chave: Família. Rizoma. Micropolítica. Esquizoanálise.

ABSTRACT

This article deals with the partial results of a doctoral research that investigate, in Brazilian family arrangements, processes of resistance to the logics of normalization and dominant framing. To this end, it approaches the contemporary family in its complexity, starting from compositions that connect and escape the nuclear family model. Based on Deleuze and Guattari's concept of rhizome, it displaces the unifying axis of this dominant model, presenting different lines that make up different family compositions,

Texto recebido em 24 de fevereiro de 2020 e aprovado em 05 de agosto de 2020.

* Doutora em Psicologia pela PUC Minas com estágio doutoral no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (Portugal). Mestre em Comunicação Social pela UFMG. Graduada em Psicologia pela PUC Minas e em Direito pela UFMG. Professora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Endereço para correspondência: Faculdade de Psicologia, Avenida Dom José Gaspar 500, prédio 12, 3º andar, Bairro Coração Eucarístico, CEP 30535-901, Belo Horizonte / MG. E-mail: mcluiza@gmail.com

** Mestre em Psicologia Social pela UFMG, Doutora em Psicologia Clínica pela PUC SP, professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas. Pesquisadora do CNPq e da Fapemig. Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Avenida Itaú, 525, Bairro Dom Cabral, CEP: 30535-012, Belo Horizonte / MG. E-mail: robertaroma1@gmail.com

in a network of relationships that can be traversed in different directions, through lines of hard segmentarity and lines of escape. Associating the place of women, of hygienist medicine, and of capitalism itself, it unveils the heterogeneous crossings present in the diversity of the group. We conclude about the need to sustain the multiplicities of forces that transversalize the families, in order to deconstruct dualisms and judgments.

Key Words: Family. Rhizome. Micropolitics. Schizoanalysis.

RESUMEN

Este artículo aborda los resultados parciales de una investigación doctoral que buscó mapear en los arreglos familiares brasileños, procesos de resistencia a las lógicas de normalización y encuadramiento dominantes. Para ello, aborda la familia contemporánea en su complejidad, a partir de composiciones que se conectan y escapan al modelo de familia nuclear. Basándose en el concepto de rizoma de Deleuze y Guattari, desplaza el eje unificador de este modelo dominante, presentando diferentes líneas que conforman diferentes composiciones familiares, en una red de relaciones que pueden ser recorridas en diferentes direcciones, a través de líneas de segmentariedad dura y líneas de fuga. Asociando el lugar de la mujer, de la medicina higienista y del propio capitalismo, devela los cruces heterogéneos presentes en la diversidad del grupo. Concluimos sobre la necesidad de sostener las multiplicidades de fuerzas que transversalizan las familias, para deconstruir dualismos y juicios.

Palabras Clave: Familia. Rizoma. Micropolítica. Esquizoanálisis.

1 INTRODUÇÃO: POR UMA CONCEPÇÃO RIZOMÁTICA DE FAMÍLIA

Ao analisar as transformações das famílias brasileiras no início do século XXI, a psicanalista Kehl (2003) indica que uma das queixas mais escutadas pelos psicanalistas em seus consultórios se referia ao desejo de se ter uma “família normal” ou uma “verdadeira família”. Queixa que parece persistir até hoje e que exige olharmos o modelo que se tornou a referência de normalidade e adequação familiar em nossa civilização, utilizado por profissionais e por muitas pessoas para avaliar suas próprias famílias. Para realizar a análise desse modelo e de suas conexões com arranjos familiares contemporâneos, bem como com outros componentes da dinâmica social, propomos uma concepção rizomática de família a partir do pensamento de Gilles Deleuze e Felix Guattari.

No livro *O Anti-Édipo*, primeiro da díade *Capitalismo e Esquizofrenia*, Deleuze e Guattari travaram uma batalha contra o que denominaram a “sagrada família”, território privilegiado para a repressão subjetiva nos moldes capitalistas-burgueses “sob o jugo do papá-mamá” (Deleuze e Guattari, 1972/2004, p. 52). Os autores criticam a universalização dogmática da família nuclear nos moldes burgueses, composta pelos cônjuges e seus filhos, organizados em relações de poder, de desejo, de afetos específicas. Essa batalha contestou esse grupo como modelo transcendente, ainda que Deleuze e Guattari (1972/2004) reconheçam a força de sua institucionalização para os modos de subjetivação no projeto civilizatório dominante – capitalista, moderno, ocidental. Se os impactos subjetivos desse modelo não podem ser desconsiderados, especialmente para aqueles que o reproduzem em sua experiência familiar, a consideração não pode significar sua naturalização, o que encobre sua origem histórica e suas conexões com outros processos socioculturais, econômicos, geopolíticos, tecnológicos, subjetivos que devem ser elucidados para se compreender seus efeitos e desafios. Em *Mil Platôs*, segundo livro de *Capitalismo e Esquizofrenia*, Deleuze e Guattari (1980/1995) aprofundam, ao mesmo tempo em que se deslocam, das análises empreendidas n’*O Anti-Édipo*, se importando menos com os elementos e sínteses para uma análise histórica-contingente das principais configurações sociais (os selvagens, os bárbaros, os civilizados) do que com uma análise geográfica-afetiva das composições, conexões e devires das multiplicidades, que se agenciam de forma imanente e rizomática. Por isso, o conceito de rizoma abre o livro.

Na botânica, o rizoma é uma extensão de caule que une sucessivos brotos, numerosas ramificações com crescimento multidirecional, subterrâneo ou aéreo, tal como a grama que recobre uma planície. Difícil determinar seu começo e prever seu fim. Ao propor o rizoma como imagem do pensamento e da realidade, Deleuze e Guattari (1980/1995) sustentam uma crítica política-filosófica: a realidade e o pensamento ocidentais foram estruturados, em grande medida, de modo arborescente. E a árvore, como imagem do pensamento, marca um centro unificador que estabelece hierarquias, centros de significação e modos privilegiados de subjetivação, determina pertencas e exclusões, traça polaridades e estruturas. Fundadas nesse tipo de pensamento, muitas das teorias, análises e intervenções com famílias acabaram por sustentar parâmetros de normalidade familiar, por justificar hierarquias e submissões em seu seio, por avaliar como adoecidas ou disfuncionais famílias incapazes de funcionar a partir do eixo unificador que sustentam. De outro modo, o rizoma envolve um modo de pensar a realidade que considera as conexões, os acoplamentos, as tensões entre linhas que existem de forma imanente.

Deleuze e Guattari (1980/1996) indicam três tipos de linhas no rizoma. Há, por certo, as linhas capazes de estabelecer hierarquias, pertencas e exclusões,

traçar polaridades, estruturas, modos de subjetivação privilegiados. Trata-se das linhas de segmentaridade dura que, atuando em um nível macropolítico, podem sustentar lógicas arborescentes, homogeneizar e capturar em relações fixas e totalizantes a vida e o que nela se desloca. Há, contudo, toda uma micropolítica que também se faz sempre presente. No nível micropolítico uma outra espécie de linhas, mais flexíveis, se processa. É assim que as linhas duras que definem hierarquias de gênero e idade, os papéis destinados a homens e a mulheres, as orientações para a boa educação e a carreira dos filhos, a maneira como o espaço doméstico deve ser dividido e ocupado. Nesse sentido, as famílias precisam lidar com variações e adaptações em suas realidades específicas. Toda uma micropolítica de afetos, identificações, disputas e práticas cotidianas se compõe e funcionam, ao mesmo tempo (e não necessariamente no mesmo sentido), as normass sociais historicamente estabelecidas sobre como ser uma família. E há casos em que os movimentos moleculares são capazes de arrastar os fluxos “como se alguma coisa nos levasse, através dos segmentos, mas também através de nossos limiars, em direção a uma destinação desconhecida, não previsível, não preexistente” (Deleuze & Parnet, 1998, p. 146). Nesses casos, nasce uma linha de fuga que consegue promover a produção do Novo, como outras maneiras de amar ou de fazer alianças. Em todos os casos é preciso evitar dualismos: “as fugas e os movimentos moleculares não seriam nada se não repassassem pelas organizações molares e não remanejassem seus segmentos, suas distribuições binárias de sexos, classes, partidos” (Deleuze & Guattari, 1980/1996, p. 90).

À medida que as linhas se conectam, se cruzam, se interpõem, conflitam, elas vão dando os contornos, os ritmos, as sensibilidades que se efetuam em uma configuração histórica, sempre em movimento. Nesse sentido, para uma análise das famílias, ao invés de tomar um modelo como “operador comparativo” para o que concretamente pode ser observado nas configurações e funcionamentos de diferentes arranjos familiares, é preciso *associá-lo em um funcionamento rizomático* da realidade, garantindo, assim, as modulações, as variações e os ajustes pelos quais ele passa ao ser efetuado na micropolítica cotidiana e que, muitas vezes, acabam por fazer com que o que se configura é já outra coisa, uma diferença em relação ao modelo. Além disso, numa perspectiva histórica-e-geográfica, há sempre arranjos familiares que traçam linhas de fuga e dificilmente podem ser associados aos modelos dominantes.

Um olhar rizomático situa-se, pois, *entre* as famílias e os diagramas sociais nos quais elas estão inseridas, procurando acompanhar as forças e as linhas mais do que identificar as formas e suas oposições; acompanhar as conexões heterogêneas mais do que afirmar as essências e as identidades. Ao se situar *no meio*, busca desconstruir dualismos, dicotomias e análises que buscam as *influências* do

“mundo exterior” no grupo familiar, como se este possuísse limites precisos em relação à complexa rede de linhas que conectam fluxos e forças, palavras e corpos, sentidos e práticas humanas. Importa perguntar *como* uma família funciona: com quais linhas do diagrama social se conecta; como se processam essas conexões; quais flexibilizações consegue promover; quais invenções produz para potencializar a vida?

Dito isso, este artigo visa apresentar alguns dos aspectos trabalhados em uma análise rizomática de famílias brasileiras desenvolvida na pesquisa de doutorado de nossa autoria (Cardoso, 2020). Nela, procuramos identificar algumas das linhas de segmentaridade importantes para a institucionalização da família nuclear moderna como arranjo privilegiado e modelo socialmente instituído, inclusive no Brasil. Articulada a isso, procuramos traçar uma cartografia das composições, flexibilizações e fugas desse modelo em famílias concretas participantes da investigação de campo da pesquisa.

A escolha do método da cartografia baseou-se na importância da cartografia para o pensamento rizomático de Deleuze e Guattari (1980/1995). Trata-se de um dos princípios do rizoma e envolve a construção de mapas que permitem a conexão de elementos e planos da realidade. Mapas que devem permanecer abertos e conectáveis a partir de qualquer uma de suas dimensões. Em uma pesquisa, visa sustentar a realidade em sua complexidade, evitando reduções e simplificações do que é em si heterogêneo e processual (Cardoso & Romagnoli, 2019).

Kastrup (2007) considera que “a cartografia é sempre um método *ad hoc*” (p. 15). Método que não trabalha com categorias *a priori*, externas ao campo de investigação; é necessário criar um dispositivo de pesquisa a cada vez. A noção de dispositivo, tal como proposto por Deleuze (1996), estabelece uma mudança de orientação do ato de pesquisar: desloca-se do valor dado ao universal e ao eterno para a importância de se apreender a processualidade da vida, as mutações e a produção do novo que sempre se anuncia como nova linha de subjetivação. Para a pesquisa que embasa este artigo, montamos um dispositivo com estudos teóricos-metodológicos; encontros com “informantes-chaves da pesquisa” – pesquisadores e profissionais de diferentes áreas, artistas, mestres de saberes populares, lideranças comunitárias, que tiveram o papel de contribuir para as reflexões e estratégias da pesquisa a partir de seus campos de conhecimento, atuação e suas cosmovisões; investigação de campo com encontros com os membros (todos ou alguns) de famílias brasileiras, com visitas às suas casas, sempre que possível, para conhecer seus funcionamentos familiares e permitir a aproximação de seus cotidianos, a interação com os membros, o mapeamento de suas histórias e dos agenciamentos aos quais estão conectados.

Diante da proposta foi importante buscar uma diversidade de famílias, considerando origens étnicas, costumes, condições econômicas e socioculturais.

Assim integraram o estudo, de cunho qualitativo, famílias de povos indígenas originários, de comunidades quilombolas, de classe média, de ocupações urbanas periféricas, famílias ricas econômica e politicamente. A seguir destacamos alguns elementos, conexões, processos, configurações e diversidades cartografados no exercício empreendido de leitura rizomática das famílias.

2 ACOMPANHAR AS LINHAS, OS PROCESSOS, AS CONEXÕES

A configuração da família nuclear moderna foi fruto de diferentes processos que produziram as linhas costuradas por (e para) o agenciamento social em que ela poderia funcionar e onde acabou por se tornar a referência dominante – o capitalismo moderno. Com efeito, essa família surgiu do encontro de diferentes forças sociais ao longo de vários séculos na Europa e foi difundindo-se em diferentes classes e lugares onde o capitalismo moderno chegou e se estabeleceu. Ao longo desse processo, ela ganhou proteção legal e passou a ser valorizada na igreja, na escola, na empresa, na telenovela, nas políticas públicas, entre outros, como o modelo adequado de família. Se no século XIX na Europa a família composta pelo pai patriarca e provedor, pela mãe amorosa e cuidadora do lar e pelos filhos educados dentro de casa e na escola era vista como a “família normal”, alguns séculos antes as extensas linhagens medievais, a criação costumeira das crianças em diferentes casas e misturadas ao mundo dos adultos e a socialidade solidária das terras comunais produziam um outro diagrama de forças em que a família nuclear não tinha a mesma expressão e força social.

O fortalecimento dos comerciantes e produtores burgueses, que foram se tornando uma classe organizada, poderosa economicamente e, mais tarde, influente política e culturalmente, contribuiu para uma configuração mais nucleada de família, pois o núcleo menor permitia sua maior autonomia econômica e social. Necessário evidenciar a relação da família nuclear com os moldes produtivos que vão se institucionalizando à medida que a modernidade capitalista avança e demanda uma força produtiva controlada e remunerada de forma individual. Uma subjetividade individualizada, produtiva e dócil precisa ser produzida e isso, como mostrou Foucault (1975/1999), passa a ser feito por um conjunto de técnicas e táticas empregadas nas mais diversas instituições e aparelhos de Estado, denominadas Disciplinas. Nesse contexto, o processo de privatização e nucleação da família articulou-se, em boa medida, às lógicas disciplinares que buscavam a vigilância, o controle e a normalização (a adequação às normas) dos indivíduos para sua inserção nos processos produtivos. Os laços familiares do tipo nuclear e confinados ao espaço doméstico mostraram-se muito eficazes para a produção de sujeitos individualizados de forma disciplinar, promovendo uma

autovigilância que acabou por produzir forte repressão da expressão e do desejo subjetivos, o que colocou a família nuclear moderna no epicentro de muitos traumas e sofrimentos subjetivos.

Do ponto de vista dos Estados, toda uma nova política de governo começou a ser implementada nesse período para gerenciar a crescente população na Europa, que se liga aos fluxos monetários, agrícolas e industriais cuja produção e circulação se intensificam e produzem problemas específicos: torna-se necessário implementar um tipo de governo que visa melhorar o destino das populações, garantir sua saúde, ampliar a duração de sua vida, organizar suas relações com o Estado em favor do aumento das riquezas e da força geopolítica da nação. Há aqui a emergência das modernas estratégias biopolíticas de controle, cuidado e monitoramento populacional (Foucault, 1979/2008). Desde então até hoje, a família tornou-se relé fundamental para a arte de governar, o *locus* privilegiado para que as questões populacionais – saúde, consumo, educação, trabalho – fossem trabalhadas e o controle biopolítico exercido.

Um aspecto importante nesse cenário envolve as relações entre homens e mulheres. Hobsbawm (2009) lança uma questão relevante: por que a sociedade capitalista que se consolidava no século XIX, empenhada em garantir a igualdade formal de direitos, uma economia sustentada pela livre iniciativa e uma política liberta do conservadorismo e dos privilégios da nobreza apoiou-se em um modelo de família que negava esses ideais? Como regra, as famílias burguesas se constituíam como uma autocracia patriarcal. Se o patriarcado é mais antigo, agora ganha contornos próprios com o capitalismo e a dependência das mulheres em relação aos homens se aprofunda, sustentada por argumentos de que era preciso um lar acolhedor gerado pelas mulheres – figuras mais frágeis e incapazes de tarefas de luta e conquista – para cuidar dos homens dedicados às disputas laborais e sociais do livre mercado.

Contudo, deslocando-se desses discursos, cumpre destacar a importância que o trabalho doméstico das mulheres, exercido gratuitamente ou com baixa remuneração, teve como produtor de uma riqueza “invisível” (a contínua reprodução e regeneração dos trabalhadores), fundamental para a própria viabilidade do capitalismo. Tratou-se de um longo e contundente processo que, entre os séculos XV e XIX, envolveu significativas mudanças na realidade de grande parte das mulheres europeias. Esse processo foi multiplicando uma série de práticas discursivas, de aparatos jurídico-policiais, de condições materiais que aprofundaram a sujeição e dependência das mulheres em relação aos homens, ao modelo nuclear de família e às tarefas reprodutivas que deviam desempenhar. Para se ter uma ideia, Federici (2017) mostra que, se as mulheres recebiam metade da remuneração de um homem para realizar a mesma tarefa no século XIV, cerca

de dois séculos depois elas estavam recebendo um terço e não conseguiam se manter com seus próprios trabalhos. Tornou-se ainda uma prática costumeira que as mulheres que recebiam remuneração por seu trabalho a entregassem ao “homem da casa”. Esse cenário acabou por inviabilizar a autonomia financeira das mulheres trabalhadoras e aprofundou sua sujeição e dependência em relação aos homens. Enquanto isso, as mulheres mais ricas também perderam muito de sua autonomia, uma vez que se disseminou pelos Estados europeus a normativa de que o homem era o representante legal e o administrador dos bens da família, devendo a mulher pedir autorização do marido, do tutor ou da justiça para que seus atos fossem reconhecidos e tidos como válidos pelo Estado. O casamento e a procriação vão se tornando, nesse cenário, a verdadeira carreira feminina e a família nuclear vão ganhando espaço como o lugar adequado para uma mulher. A Reforma Protestante foi importante nesse processo, ao enfatizar a família como algo sagrado. Foram também importantes as novas formas de governo biopolítico com suas medidas de controle do corpo das mulheres.

Cabe lembrar que esses processos e a valorização da família nuclear moderna não se restringiram ao território europeu e expandiram-se para outras regiões do planeta com a colonização e a globalização do capitalismo desde o século XVI. No Brasil, a organização geopolítica e social que se impôs com a colonização portuguesa acabou por valorizar inicialmente a configuração familiar dos proprietários das grandes fazendas brasileiras e sua produção para exportação – um tipo de família patriarcal mais próximo dos clãs medievais compostos de extensa parentela. Entretanto, a partir do século XIX, a família nuclear moderna a que nos referimos acima no contexto europeu, vai ganhando cada vez mais espaço social como o parâmetro familiar adequado no Brasil. A urbanização e a industrialização nesse período são importantes fatores para a nucleação e privatização familiares dentro dos valores burgueses, das lógicas disciplinares e dos controles biopolíticos. Esses processos começam a ganhar volume com a chegada da Corte portuguesa e, de forma mais contundente, com a Independência do Brasil em 1822, o que permite aos governantes nacionais mais autonomia para ambicionar a “modernização” do país. Nesse contexto, cresce uma elite econômica ligada aos novos ramos industriais-comerciais e orientada mais por valores burgueses urbanos do que pelo familismo extenso e rural. A abertura de escolas de medicina do país traz a Medicina Social. Como mostra Costa (1979/1989), esta passa a mobilizar o interesse das pessoas e das famílias em cuidar de sua saúde física e mental, promover a higiene, o asseio e a organização dos espaços privados, enquanto os agentes do Estado se propunham a garantir a ordem e a salubridade nos espaços públicos. Nesse cenário, a saúde da população tornou-se, ao mesmo tempo, uma política de Estado e uma prática de autocuidado e

vigilância disciplinar nas famílias. Como na Europa e embasadas no discurso médico-higiênico, as famílias brasileiras, agora mais nucleadas, passaram a promover um novo sentido à privacidade e à intimidade, bem como à educação e ao cuidado de seus membros.

A partir do exposto, é possível olhar para os agenciamentos familiares contemporâneos, procurando acompanhar as linhas de segmentaridade e seus endurecimentos que, nascidos em outros tempos, ainda persistem, bem como as flexibilizações, atualizações e transformações que se processam. É preciso acompanhar as mudanças, inclusive para a família nuclear.

Um aspecto que merece destaque envolve as transformações na posição das mulheres no diagrama das forças sociais. Ao longo de toda a modernidade, houve lutas das mulheres. Não à toa uma extensa lista de mulheres foi caçadas e punidas como desbocadas, rebeldes, libertinas, desonradas, bruxas. No século XIX, essas lutas se intensificam com a mobilização das mulheres trabalhadoras por melhores condições de trabalho e remuneração e há o movimento sufragista em prol do direito ao voto para as mulheres e sua participação em cargos políticos. Entretanto, foi ao longo do século XX que as lutas femininas conseguiram impactar de forma mais contundente a posição social das mulheres e as configurações familiares, com a ampliação das mulheres no mercado de trabalho, tanto em número quanto nos cargos ocupados.

Durante as duas Grandes Guerras, aumentou a demanda para que mulheres assumissem funções que antes eram apenas masculinas, mas com o final dessas guerras e o retorno dos homens para casa, as mulheres foram “convidadas”¹ a regressar ao lar e às tarefas femininas. Ainda assim, as experiências de autonomia e independência vivenciadas por muitas mulheres reverberaram em níveis micropolíticos, produzindo deslocamentos de lugares naturalizados e de percepções instituídas sobre as mulheres e sua própria potência. Após a Segunda Guerra, movimentos feministas se fortalecem em vários países. Em 1949, Simone de Beauvoir lança *O Segundo Sexo*, obra seminal que difunde questionamentos acerca da percepção generalizada (os mitos) sobre *certa* condição feminina na modernidade capitalista. Pouco depois a feminista Margaret Sanger, fundadora da *Planned Parenthood Federation of America* (PPFA), financia uma pesquisa que culmina na produção da pílula anticoncepcional. A gradativa aprovação do uso dessa pílula por mulheres casadas e solteiras em diferentes países permitiu que essas alcançassem maior autonomia sobre seu corpo e sua condição reprodutiva. Agora era possível que uma mulher escolhesse, com grande eficácia do método contraceptivo que ela administrava, sobre ter relações sexuais para procriar ou

1 Esse “convite” envolveu todo um controle biopolítico da condição feminina. Nos EUA, por exemplo, as creches alcançaram durante a II Guerra Mundial 1,6 milhões de vagas financiadas pelo governo federal, mas, após o fim do conflito, houve a retirada de recursos públicos, restando 300 mil vagas nas creches em 1965 (Rosemberg, 1984).

para sentir prazer. Isso se somou aos debates sobre a repressão social das mulheres e a busca pelo aumento do nível educacional e de formação profissional por estas.

Esses movimentos impulsionaram a saída de mulheres da condição exclusiva de donas de casa e seu ingresso no mercado de trabalho, ainda que sua inserção e suas condições de trabalho e remuneração permaneçam, até hoje, desiguais em relação aos homens. No Brasil, em 2018 as mulheres ganhavam em média 20,5% menos que os homens e eram pior remuneradas em todas as ocupações selecionadas para a pesquisa da Pnad Contínua (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018). Além disso, é necessário marcar que o próprio capitalismo se apropriou da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Como afirma Kehl (2003, p. 166), “razões de mercado abriram oportunidades profissionais para as mulheres e achataram os salários dos pais de família”, resultando na perda de poder aquisitivo do salário masculino em muitos setores e exigindo que o salário da esposa também garantisse o sustento familiar. E há que se considerar que, mesmo com mais autonomia e recursos, as mulheres precisam lidar até hoje com uma dupla jornada de trabalho, já que as tarefas domésticas ainda são, em boa medida, compreendidas como uma vocação natural delas a ser usufruída pela família. Foi exemplar, nesse sentido, a situação vivenciada com a pandemia de Covid-19 nos anos 2020-21. Grande parte das famílias no Brasil e no mundo precisaram se adaptar ao confinamento doméstico exigido pelas medidas de isolamento social tomadas para conter a pandemia. Se homens e mulheres precisaram migrar suas atividades laborais para dentro de casa, esse *home office* imposto escancarou a desigualdade na distribuição das obrigações e tarefas domésticas entre eles, mostrando a histórica sobrecarga das mulheres (Lemos et al., 2020).

Quanto ao papel do Estado diante dos vínculos e relações conjugais, mudanças jurídicas importantes foram sendo construída ao longo do século XX, como a autorização legal do divórcio em diferentes países. No Brasil, o divórcio foi permitido pela Lei n. 6.515 de 1977 e o número de dissoluções de casamentos vem crescendo desde as últimas décadas do século XX, bem como a formação de novos arranjos familiares. Atualmente muitas pessoas que tiveram suas uniões conjugais dissolvidas contraem novas, formando famílias cujo núcleo privatizado e circunscrito ao casal e seus filhos está dando lugar ao convívio e ao vínculo afetivo entre homens, mulheres, adolescentes e crianças vindos de diferentes famílias. Além disso, tem crescido o número de casais que optam por não ter filhos, famílias monoparentais, bem como uniões homoafetivas ou mesmo poliafetivas². Após os primeiros 14 anos do século XXI, a presença majoritária até então de famílias nucleares compostas por pais com seus filhos no Brasil foi superada pela somatória de outros arranjos domiciliares – casais sem filhos, famílias monoparentais e indivíduos morando sozinhos (IBGE, 2014).

² Sobre o poliamor, conferir os estudos de Santos e Viegas, 2018.

3 COEXISTÊNCIAS

O mapeamento apresentado acima procurou indicar algumas das linhas que compõem a configuração dominante de família de nossos tempos, bem como flexibilizações e mudanças que consideramos relevantes para o panorama traçado. A partir dele, trazemos a seguir apontamentos articulados à pesquisa de campo feita com famílias brasileiras. Para tanto, é fundamental frisar que o Brasil foi se constituindo e ainda hoje é constituído por uma mistura de gentes, de cosmovisões, de agenciamentos familiares. Mistura que não pode ser “achatada”, mesmo quando reconhecemos a presença de segmentações que, com seus padrões e hierarquias, traçam modelos privilegiados de família. A diversidade escapole, resiste, adapta-se, inventa e transforma-se por todos os lados. Por isso, o modelo nuclear moderno deve ser *projetado no rizoma social, conectado aos* diversos arranjos familiares. Diferente de uma força unificadora transcendente *sobre* as famílias, ele deve ser entendido como uma linha que historicamente se tornou privilegiada, capaz de se espalhar com visibilidade e força pelos agenciamentos familiares e territórios subjetivos, mas que compõe com outras linhas. Cabe assumir a multiplicidade de composições, considerando contingências, probabilidades, condicionalidades, acasos, relatividade (Deleuze & Guattari, 1980/1995).

Entre as famílias pesquisadas, a de Paula³ nos foi indicada por “ser perfeita”. Em sua casa em um condomínio de luxo, ela recebeu a pesquisadora em uma aconchegante sala de reuniões, com seus cabelos cuidadosamente penteados, saltos altos, as unhas vermelhas e uma maquiagem discreta que destacava sua pele clara. Na conversa, Paula conta sobre o casamento. O marido foi seu primeiro namorado, quando tinha 16 anos, e com quem se casou, virgem, aos 20, em uma união “meio arrumada” entre famílias do interior mineiro. Quando lhe dizem que se casou muito nova e não “aproveitou a vida”, é firme em pontuar: “eu amo ser mãe, ser esposa, ser dona de casa”. Chegou a estudar uma graduação universitária, atendendo ao desejo do pai para que ela se inserisse nos negócios da família e cedendo à “pressão social” (que acha até maior para as mulheres hoje) para fazer um curso superior. Mas, logo após a formatura, engravidou de seu primeiro filho e acabou por escolher se dedicar exclusivamente à família e ao casamento, que está quase por completar duas décadas, “melhor a cada dia”. Ao longo da conversa, Paula detalha, com dias e horários específicos, uma rotina que começa às cinco da manhã e envolve acompanhar as tarefas cotidianas dos três filhos de 10, 13 e 15 anos; realizar atividades físicas; cuidar da saúde de todos; gerenciar a casa com os quatro trabalhadores; pensar as refeições que devem “ser saudáveis”. Sua rotina envolve ainda reuniões escolares, encontros

3 Todos os nomes apresentados são fictícios, em respeito ao sigilo proposto pela pesquisa.

com amigas, participação em eventos da igreja. Tudo devidamente organizado e bem executado, até os sonhos e projetos que, para ela e o marido, centram-se nos filhos: que eles cresçam diante de Deus, que se tornem adultos bem-sucedidos profissionalmente, que realizem casamentos bem-estruturados. E, por ela, os filhos deveriam esperar a consumação do casamento para ter vivências sexuais como deve ser em um lar cristão. Diante de Paula, é possível ter a sensação de se ter voltado no tempo, talvez para as famílias burguesas da Europa no século XIX. Seu agenciamento familiar parece efetuar de forma eficiente (o que nunca quer dizer totalmente) a família nuclear moderna em moldes muito tradicionais. Sua condição socioeconômica e a maneira como conseguia reproduzir as linhas de segmentaridade dura desse modelo faziam com que ela fosse mesmo “perfeita”. Ao menos, *nesse sentido*.

Há famílias que, ao procurar efetuar o modelo, endurecem ainda mais as segmentações, perseguindo sua realização a qualquer custo, como Gustavo. A indicação de sua família foi feita porque era “uma família legal” que havia ganhado um prêmio na loteria, o que permitiu a compra da casa própria e que os dois filhos do casal pudessem estudar em escolas privadas e fora do Brasil. Gustavo era o mais novo dos filhos e, aos 29 anos, morava com os pais em um apartamento de classe média. O informante que indicou a família havia pedido para que o prêmio da loteria aparecesse “naturalmente” na entrevista, sem perguntas diretas. Mas nada foi dito a esse respeito. O que se destacou na conversa foi a luta cotidiana de Gustavo para proporcionar a seus filhos (ainda por vir) “tudo o que meus pais me deram”. Ele conta que seu maior medo na vida é não dar aos filhos o mesmo padrão que seus pais [e a loteria] lhe deram. Não podendo contar com a sorte, nem com os recursos que os pais já gastaram com o padrão de vida dado aos filhos, Gustavo descreve uma rotina exaustiva de trabalho em três turnos – sua empresa de eventos durante o dia e como professor de línguas às noites e aos sábados. Não tem conseguido dormir bem, mas mostra-se muito determinado a conquistar seu principal sonho: fazer uma boa poupança e ter imóveis e outros bens através de seu trabalho e dedicação. Esforços e desejos bem conformados aos moldes capitalistas modernos que empurram Gustavo para desejar ser como seus pais ao invés de (re)conhecer a si mesmo como Diferença. . .

Vale trazer ainda a história de Isabela, cujo contato se deu em uma visita da pesquisadora a uma ocupação urbana. Isabela é uma mulher negra, muito magra, cuja expressão e marcas na face lhe conferem a aparência de ter mais idade do que possivelmente tem. Ela conta que apanhava no casamento e sofria ameaças com frequência. Entretanto, a violência não era perpetrada por um homem, e sim por uma mulher com quem Isabela vivia há oito anos e que era

o amor de sua vida, ainda que muito ciumenta e possessiva. As duas brigavam muito e a outra mulher acabava agredindo-a sempre que a situação “saía do controle”. Ainda assim, Isabela confessa que não daria conta de fazer nada contra sua companheira, pois não sabia viver sem ela, de quem parecia depender econômica e emocionalmente. As palavras, a postura, os medos contidos na descrição desse relacionamento acoplavam-se às lógicas, padrões e hierarquias do modelo familiar dominante, apesar das diferenças em relação à sua composição homoafetiva. Aquelas mulheres, como casal, reproduziam esse modelo e sua hierarquia de dependência pessoal – uma reprodução que acabava por distendê-lo até seu exercício abusivo, violento. E isso em uma relação em que seria possível apostar no amor vivenciado de maneiras mais inventivas, por ser tratar de uma configuração que foge da heterossexualidade dominante. Contudo, viver outros modos de amar exige mais do que a assunção de orientações sexuais diferentes. Como dissemos, os agenciamentos são compostos de linhas e a orientação sexual é uma dessas linhas, cuja *composição* com outras linhas é muito importante para compreendermos o arranjo de existir de um sujeito ou uma família.

Em qualquer caso, cumpre destacar que se conformar ao modelo nuclear moderno de família ou a qualquer modelo, efetuando com rigor e eficiência o modo de subjetivação que ele propõe, nunca é uma tarefa fácil. Todo modelo é, de fato, uma estratégia biopolítica de controle social e sujeição subjetiva. Além disso, conformar-se a um modelo com suas segmentações é também um exercício moral, transcendente, cujas respostas às questões colocadas pela vida em sua complexidade devem ser encontradas dentro do próprio modelo ou a partir dele. E, por ser coercitivo, muitas vezes ele tem dificuldades em promover, ao invés do julgamento moral, um preparo ético-político⁴ para que os sujeitos se relacionem com a diferença *como diferença*, com a multiplicidade *como multiplicidade*. Amparados pelas determinações, padrões, segmentações instituídas pelo modelo, os sujeitos têm dificuldades em encontrar (ou inventar, se necessário) respostas que não estejam *a priori* em seu repertório e que podem ser melhores dos que as que já conhecem para potencializar a vida.

Mas há também aqueles que lutam por invenções, ajustes, transformações. Nesse sentido, são interessantes as propostas de organização comunitária que vem sendo implementadas pelo MLB (Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas) nos locais em que ele tem conquistado moradia para famílias vulneráveis, que não têm condições por si só de ter sua própria casa, que se organizam para ocupar um terreno urbano que não cumpre sua função social, para que ele seja regulamentado como Zona Especial de Interesse Social (Zeis) pelo Estado. Com isso, as famílias envolvidas podem firmar sua residência.

⁴ Para essa distinção entre moral e ética, valemos das ponderações de Deleuze (2002) a partir da filosofia monista de Espinosa (1677/2009).

Patrícia, uma das lideranças do movimento, explica que dele podem participar famílias as mais diversas: “As composições familiares são do jeito que elas [as famílias] querem! . . . Então tem de tudo numa ocupação. Tem avó que cuida de neto; têm amigos morando juntos; têm muitos casais LGBT”. De fato, as ocupações organizadas pelo MLB historicamente têm acolhido famílias que não “cabem” no modelo nuclear moderno. Ainda assim, é importante reconhecer que essas famílias são compostas *também* pelas linhas que sustentam o modo de vida dominante em seus enlacs com o Estado e com o Capital. Sonhos, desejos, lógicas e percepções, maneiras de amar e relacionar-se em diferentes níveis são perpassadas pelo diagrama das forças sociais em vigor. E podem inclusive endurecer as linhas dominantes em arranjos violentos, como o caso de Isabela a pouco citado. Por outro lado, é importante sempre cartografar as margens de manobra, novos acordos, novas alianças e novas forças que são colocadas em jogo em cada agenciamento. No caso do MLB, vale destacar um critério que esse movimento coloca para seus integrantes e para as negociações com os aparelhos de Estado: que a posse do lote e o direito à casa sejam registrados sempre no nome da mulher de referência da família. O registro em nome do homem só pode ser feito na ausência de uma mulher. A experiência ensinou às lideranças do movimento que as ocupações em geral começam como uma luta das mulheres: “Os homens vêm depois. *É uma luta muito da mulher*”, explica Patrícia. *No entanto, sem a garantia do registro em seu nome, muitas mulheres que retomavam ou começavam um relacionamento durante o processo da ocupação perdiam a casa que tinham conquistado caso se separassem do marido, companheiro ou namorado, uma vez que este acabava invocando seu poder de patriarca sobre a moradia. Por isso, o movimento adotou, como uma de suas escolhas ético-políticas, “dar mais apoio a quem precisa mais” e agenciar esse dispositivo para que as mulheres – mulheres pobres e mais vulneráveis à violência em diversos níveis – pudessem articular novos arranjos de existir, inclusive em suas alianças amorosas-conjugais. “A mulher consegue entender que ela não precisa *de tá* com o outro pela questão da dependência financeira. Aí o número de mulheres que se separa porque sente o apoio do movimento é gigante”, completa Patrícia.*

É necessário marcar ainda que existem aqueles que têm lutado, desde o início da modernidade e até hoje, por seus agenciamentos – sociais, familiares, subjetivos, em que as linhas de segmentaridade dominantes pouco reverberam ou o fazem de maneiras efetivamente diferentes do que poderia ser tomado como o convencional. Entre eles estão povos indígenas e quilombolas cujas cosmovisões e maneiras de existir são, em boa medida, Diferença. Povos que, desde os primórdios da colonização europeia, têm resistido ao processo de “humanização” nos moldes ocidentais, modernos, capitalistas.

Entre as famílias desses povos que participaram de nossa pesquisa, há o casal indígena Sandra e Iraí. Logo antes da entrevista com a pesquisadora, eles conversam entre si em sua língua que não é o português. Essa língua, que tem sonoridade, ritmo e encadeamento muito diferentes, não é uma língua estrangeira, de outro país, ainda que seja uma língua de um “outro mundo” – outra maneira de existir que também habita o Brasil. Essa língua é a única que a neta do casal, uma garotinha dos seus cinco anos que acompanha curiosa nossa conversa, conhece. Para seu povo, apenas na adolescência se aprende o português. A manutenção de sua língua original e as restrições ao aprendizado e ao uso do português estão inseridas em um conjunto de estratégias desse povo para se manter vivo *à sua maneira*. Essas estratégias, todavia, não os blindam das interferências do modo de vida hegemônico no Brasil.

Sandra e Iraí contam que, em 2005, decidiram sair com outras famílias de suas aldeias para um local onde poderiam se assentar como um novo grupo de cerca de 500 pessoas. Mas, diferente das práticas nômades de outros tempos, precisaram do apoio do Estado, já que fora dos territórios demarcados, os povos indígenas veem-se impedidos de manter sua relação originária com a Terra e deparam-se com as lógicas privatistas que se apropriaram, desde os tempos coloniais, das terras do país. O Estado concedeu-lhes novo território. Contudo, Iraí explica que sua comunidade está sofrendo nele e que nem os governantes, nem os povos das cidades entendem: sua aldeia é cercada por matas de preservação e a área que podem utilizar para a roça não é suficiente para produzir alimentos para todos na aldeia e seus rituais. Nessa terra, eles não têm, ainda, livre acesso às águas naturais do rio, sendo frequentemente barrados por fazendeiros de acessá-lo, o que aumenta os desafios para a sobrevivência de seus modos de vida – para a roça, para a pesca e para a realização de seus rituais que têm o rio como componente fundamental. A solução dada pelos aparelhos de Estado foi fornecer cesta básica. Sandra informa que não podem recusar as cestas básicas, mas que “nós *passa fome . . . a cesta não é suficiente pra nós, porque ela não é saudável pra nós e não é dos nossos rituais também*”. De fato, na época da entrevista em 2018, a cesta era montada conforme critérios do Ministério da Cidadania com alimentos produzidos dentro das lógicas agroindustriais, com o uso de agrotóxicos e, em boa parte, processados. Não eram fornecidos mandioca, milho, batata doce, banana e outros vegetais fundamentais para os rituais. Por outro lado, Sandra destaca o cuidado do serviço público de saúde em oferecer assistência respeitosa com seus costumes.

Em outra parte de Minas Gerais, visitamos a família de um quilombo. O quilombo era concebido por seus membros como “família”, cerca de 300

peças, pois os espaços comuns, como o terreiro central da comunidade, eram tão importantes na composição familiar e para os processos de subjetivação quanto as casas. Estas pouco funcionavam à maneira nuclear moderna, com um espaço doméstico bem delimitado e fechado, onde a intimidade e a privacidade são vividas como algo fundamental, precioso, cujo acesso só deve ser dado sob certas condições e controle. As pessoas compreendiam, quando perguntadas sobre “a sua casa”, que a referência da pesquisa era o imóvel onde mantinham seus pertences pessoais e realizavam atividades como dormir, cozinhar, banhar-se, lavar as roupas, estudar, assistir à TV. Entretanto, o modo como funcionavam cotidianamente abrangia um território vivenciado como familiar muito mais amplo, envolvendo inclusive as matas e o rio que cortava suas terras. O cuidar, o fazer, o trabalhar, o construir, o discutir, o brigar, o plantar, o rezar, o descansar, enfim, este emaranhado de processos e fluxos cotidianos não encontravam limites precisos entre espaço doméstico e espaço público tal como a modernidade os concebeu, diluindo experiências sociosubjetivas como a privacidade e o privado. Além disso, não havia delimitações, como muros ou cercas, entre as casas, que apenas raramente eram mantidas fechadas e trancadas. Um membro da comunidade podia, sem muitas cerimônias, entrar em outras casas para contar alguma notícia, pedir um utensílio ou ferramenta, aproveitar uma refeição. Ali a referência de liderança era assumida pelas mulheres mais velhas. De fato, o papel feminino mostrou-se fundamental no cotidiano da comunidade: eram elas que conduziam os rituais religiosos, que eram convocadas para os enfrentamentos ou para dirimir os conflitos, que selavam importantes decisões e acordos. As mulheres realizavam atividades desde a arrumação da casa até tarefas tidas como masculinas pela cultura dominante, como o corte e carregamento da lenha para o fogão e o roçado do terreiro. Em nossas entrevistas, conversamos com Diego, um jovem respeitado e querido pela comunidade. Ele já havia morado e visitado diferentes cidades e comenta que, mesmo com sua experiência, achava estranho ver um homem liderando porque cresceu vivendo outra experiência. Sobre as mulheres da sua comunidade, além da força e da voz ativa, destaca que muitas delas são “caranguejeiras” que, como esse tipo de aranha, permanecem sozinhas por opção: interessam-se por um homem quando querem ter um filho dele e com ele ficam até conseguirem engravidar. Depois vão-se embora, cuidar de sua vida e da criança. De modo diverso das lógicas patriarcais que historicamente definiram o homem como o senhor responsável pela voz e pelas decisões familiares e que, com o advento da urbanização e industrialização capitalistas, sagraram-no como o dono e patrão também na esfera doméstica nuclear, aqui outros contornos e laços tecem boa parte das relações entre homens-mulheres-filhos-famílias. Há mais autonomia das mulheres em relação à proteção e ao sustento familiar promovido por homens, uma vez que elas são responsáveis por assumir

grande parte das tarefas produtivas e decisórias. Além disso, há a importante rede de apoio das outras mulheres da comunidade para o cuidado cotidiano com as crianças. Se ali há mulheres que desejam e praticam um funcionamento de “caranguejeiras”, isso não pode ser desconectado de um agenciamento sociofamiliar que abre espaço para a sua efetuação.

Por fim, trazemos a experiência de Ana, nascida no seio de uma família nuclear urbana em São Paulo/SP. Quando jovem, em 2001, Ana resolveu mudar-se para uma aldeia no alto Xingu onde viveu por cinco anos, sendo adotada, por assim dizer, por uma família indígena que a acolheu em sua morada e costumes. Quando perguntada sobre as diferenças e aproximações que percebia entre as famílias – urbanas e indígenas – com quem conviveu e convive, Ana analisa que, na segunda década do século XXI, os indígenas mais jovens estão assumindo o casamento entre um homem e uma mulher como nos centros urbanos, pelas dificuldades atuais de subsistência na aldeia e pela crescente influência do cristianismo, mas que esta não é a configuração histórica mais comum e ainda hoje há vários casamentos de um homem com mais de uma mulher. Segundo ela, muitas mulheres gostam que seu marido tenha outras esposas para assim dividirem as atividades domésticas e a prática sexual com o marido, o que as deixa mais livres para que possam ter, elas mesmas, outras relações. Ana ainda indica que é comum na aldeia o casamento de irmãs com o mesmo homem, permitindo que elas permaneçam juntas de bom grado na mesma família.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento histórico, estamos todos conectados, ainda que de maneiras diferentes, às linhas de força do capitalismo que se sagrou bem-sucedido em abraçar o mundo inteiro e embrenhar-se até nos menores recônditos da Terra. Nesse cenário, corremos o risco do endurecimento (ainda maior) do modo de subjetivação dominante que, sustentado pelos donos do poder econômico e pelos tentáculos dos aparelhos de Estado, tem produzido na(s) humanidade(s) uma grande monocultura existencial e civilizatória capitalista e moderna como alertou Lévi-Strauss (1955/1988). Uma monocultura competente em neutralizar os efeitos dos encontros entre multiplicidades que compõem as forças do mundo, em capturar as forças vitais a seu serviço e em reduzir as experiências subjetivas para sua conformação em sujeitos individualizados e suas identidades privatizadas (Preciado, 2018). Não obstante, é sempre possível acompanhar processos moleculares de produção de desvios, ajustes, fugas, ousadias e invenções. Procuramos, aqui, a partir de um exercício rizomático, apresentar algumas das linhas de segmentaridade que consideramos importantes para o modo de vida

hegemônico, bem como outras linhas, composições e funcionamentos que podem nos ajudar a pensar sobre a importância de acompanhar a diversidade de composições familiares e modos de subjetivação que, em um país como o Brasil, se fazem presentes.

REFERÊNCIAS

- Cardoso, M. L. M. (2020). *Diagramas sociais e família: um estudo cartográfico*. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.]. Repositório Institucional PUC Minas
- Cardoso, M. L. M. & Romagnoli, R. C. (2019). Contribuições da cartografia para a produção de uma ciência nômade. *Polis e Psique*, 9(3), 6-25. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.79933>.
- Costa, J. F. (1989). *Ordem médica e norma familiar* (3ª ed.). Graal. (Texto original publicado em 1979).
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). Editora 34. (Texto original publicado em 1980).
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3). Editora 34. (Texto original publicado em 1980).
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2004). *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Assírio Alvim. (Texto original publicado em 1972).
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. Escuta.
- Deleuze, G. (1996). O que é um dispositivo? In G. Deleuze. *O Mistério de Ariana*. Passagens, p. 83-96.
- Deleuze, G. (2002). *Espinosa: filosofia prática*. Escuta.
- Espinosa, B. (2009). *Ética* (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica. (Texto original publicado em 1677).
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa*. Elefante.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir*. (20ª ed.). Petrópolis. (Texto original publicado em 1975)
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1979)*. Martins Fontes. (Texto original publicado em 1979).
- Hobsbawm, E. (2009). *A Era do Capital: 1848-1875*. (15ª ed.). Paz e Terra.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2014*. IBGE. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2014/default.shtm>.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad Contínua: Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais 2018*. IBGE. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/694dba51d3592761fcbf9e1a55d157d9.pdf.
- Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 15-22.
- Kehl, M. R. (2003). Em defesa da família tentacular. In G. C. Groeninga, R. C. Pereira. *Direito de Família e Psicanálise: rumo a uma nova epistemologia*. Imago, p. 163-176.
- Lemos, A. H. C., Barbosa, A. O. & Monzato, P. P. (2020). Mulheres em *home office* durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. *Revista Administração de Empresas*, 60(6), 388-399. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200603>.
- Lévi-Strauss, C. (1988). Nuevo Mundo. In C. Lévi-Strauss. *Tristes Trópicos*. Paidós, p. 75-102. (Texto original publicado em 1955).
- Preciado, P. B. (2018). La izquierda bajo la piel: um prólogo para Suely Rolnik. In S. Rolnik. *Esféras da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. n-1 edições, p. 11-22.
- Rosemberg, F. (1984). O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa*, 51, 73-79.
- Santos, A. & Viegas, C. (2018). Poliamor: Conceito, Aplicação e Efeitos. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito UFRGS*, 12(2), 369-389. <https://doi.org/10.22456/2317-8558.72546>.